

O PLEBISCITO DA DÍVIDA EQUIVALE A PERGUNTAR SE SE DEVE PAGAR A COMIDA OU ALMOÇAR DE GRAÇA

CARLOS A. SARDENBERG

Vamos supor que o PT, os bispos e o MST consigam emplacar a proposta de um plebiscito perguntando ao povo se a dívida brasileira, externa e interna, deve ou não ser paga. Vamos supor que a ampla maioria diga que não – um resultado plausível já que perguntar aos devedores se querem ou não pagar é mais ou menos como perguntar se a pessoa prefere pagar ou almoçar de graça.

A pergunta seguinte é esta: quem levaria o cano?

Na verdade, esta deveria ser a pergunta inicial toda vez que se discute sobre a legitimidade de uma dívida. No caso, os autores da proposta se dispõem dessa questão porque acreditam saber a resposta: que os credores da dívida externa e da dívida pública formam um bando de banqueiros especuladores, classe improdutiva que vive dos juros tirado do sangue dos brasileiros.

De modo que a proposta é, em vez de pagar esse bando, usar o dinheiro para comprar casa e comida e dar educação e saúde aos pobres.

Como a realidade nem sempre é simples assim, convém dar uma olhada mais de perto.

Dívida interna – A dívida interna do setor público, hoje quase toda concentrada no governo federal, chega perto de R\$ 450 bilhões. A forma: títulos (letras do Tesouro e do Banco Central) que são vendidos em leilões semanais. Os compradores – os credores – são remunerados com os juros, o prêmio por financiar o governo.

Os maiores compradores são os Fundos de Investimento Financeiro, os FIFs, que detêm hoje títulos no valor de R\$ 180 bilhões (ou 40% do total da dívida). Mais R\$ 6 bilhões estão em outros tipos de fundos.

E quem aplica nesses fundos? Pessoas e empresas, que vão buscar remuneração para sua poupança e seu caixa.

Ricos e grandes empresas certamente aplicam nesses FIFs. Mas quase toda a poupança da classe média está nesses FIFs. Igualmente, as pequenas e médias empresas encontram aí uma forma rápida e rentável de remunerar suas sobras de caixa ou o dinheiro que só será gasto no mês seguinte.

A vantagem desses FIFs é que aceitam depósitos peque-

nos – R\$ 100,00, R\$ 200,00 – e a operação é facilíssima. Pode-se aplicar ou resgatar na caixa eletrônico, no home banking ou com um telefonema.

Além disso, muitas empresas, as grandes, compram os títulos diretamente. São aí mais uns R\$ 38 bilhões. Pessoas físicas também têm títulos em carteira, algo como R\$ 2,2 bilhões.

Eis aí a primeira conclusão: o calote seria surrupiar a maior parte da poupança das pessoas e das empresas brasileiras.

Depois vêm os bancos e demais instituições financeiras – os alvos preferenciais do calote –, que têm pouco mais de R\$ 161 bilhões de títulos em carteiras próprias. Isso equivale a 35% da dívida pública total.

Os bancos brasileiros são os grandes compradores. Têm hoje pouco menos de R\$ 129 bilhões. Os estrangeiros têm cerca de R\$ 33 bilhões.

Mas nem sempre esse dinheiro é dos bancos ou só dos bancos. Exemplo: você recebe uma herança, digamos R\$ 50 mil e ainda não sabe o que vai fazer. Enquanto espera, você vai a seu banco e compra um CDB, Certificado de Depósito Bancário, que paga juros. Para lhe pagar, o banco tem de ganhar na outra ponta. E faz o quê? Por exemplo, compra títulos do governo.

Ou seja, o calote quebra os bancos – quebra preferencialmente os bancos brasileiros –, mas também quebra boa parte de seus clientes, pessoas e empresas produtivas.

Há ainda algo como R\$ 44 bilhões de títulos vinculados. Bancos e empresas, em certas condições, são obrigados a comprar títulos para depositar no BC ou dar em caução ou fazer depósitos judiciais. Se esses títulos viram papel pintado, o prejudicado é mais o governo.

Dívida externa – A dívida externa brasileira de médio e longo prazo, em dados consolidados de dezembro de 1999, é de US\$ 211 bilhões.

O setor público (governos federal, estaduais e municipais, incluindo suas estatais) deve a menor parte, US\$ 96 bilhões. O setor privado – empresas e bancos – deve US\$ 115 bilhões.

Do total da dívida, a maior parcela, pouco mais de 40%, é de empréstimos em moeda. Bancos e empresas estrangeiros são os maiores emprestadores, mas bancos brasileiros instalados lá fora têm uma pequena parte (captam recursos no mercado externo e passam para clientes brasileiros).

De todo modo, seriam os grandes bancos estrangeiros os alvos preferenciais do calote. Agora, quais são os devedores?

O governo tem uma pequena parte, mas o grosso são empresas e bancos brasileiros que tomam recursos no exterior. Sabem por quê? Porque frequentemente é mais barato, os juros são menores.

Com esse dinheiro, o governo construiu muita porcaria, como as usinas nucleares e a Ferrovia do Aço. Mas também coisas úteis: o aeroporto do Galeão, os metrô de São Paulo e Rio, grandes estradas, etc.

No setor privado, muitos bancos brasileiros, quando dá, pegam dinheiro mais barato lá fora e aplicam em títulos do

governo aqui, que pagam mais. Eles chamam essa especulação de arbitragem.

Mas na maior parte os bancos pegam o dinheiro para financiar seus clientes aqui. Por exemplo: os bancos das grandes montadoras trazem dinheiro das matrizes e com isso financiam a venda de carros aqui. Ou seja, financiam o consumidor local.

O calote aí, portanto, seria eliminar uma fonte de financiamento do consumo e do investimento.

Importações – A segunda maior parcela da dívida externa, algo como 35%, destina-se ao financiamento de importações. Isso mesmo, o importador brasileiro compra alguma coisa lá fora e o vendedor providencia financiamento.

Logo, se a gente der o cano nessa dívida, é claro que cessa a importação. É verdade que essa dívida financia a importação de Jaguar e outras coisas de rico, mas isso é uma parte mínima do comércio externo.

O grosso das importações é de petróleo, trigo, máquinas e equipamentos, insumos e produtos intermediários para a indústria, medicamentos e por aí vai.

No caso do governo, a maior parte das importações é

financiada por organismos internacionais – como o Banco Mundial – e agências governamentais, que sempre emprestam para programas sociais, a custos favorecidos. Por exemplo: aquisição de vacinas, computadores para escolas, remédios, etc.

Há outra parte da dívida externa, esta totalmente do governo federal, que está em Bônus da República. São títulos que o governo vende no mercado internacional para fundos de investimentos e de pensões. Não honrar esses bônus significa que o governo brasileiro está dando o cano nos aplicadores desses fundos – entre os quais estão especuladores como Georges Soros, mas também, professores públicos dos Estados Unidos, cujo fundo é um grande aplicador internacional.

Soros que se dane, mas dar o cano nos fundos de pensão não chega a colaborar para a imagem internacional do País.

Finalmente, a dívida externa de curto prazo é pequena, pouco mais de US\$ 25 bilhões. Os devedores são basicamente bancos brasileiros privados, US\$ 20 bilhões, e esse dinheiro em geral é linha de crédito para uso imediato, uma espécie de caixa. Também financiam importações, entre outros negócios.

A boa e a ruim – Muita gente vai dizer: a gente dá o cano na dívida bandida, não na dívida boa. O problema é que não dá para fazer essa distinção. No caso dos bônus, por exemplo, o Banco Central brasileiro não tem como saber quais papéis estão na carteira de Soros, quais nos fundos de pensão sérios.

O mesmo vale para os títulos da dívida interna. Não há como saber qual papel está no Fundo onde o juiz Nicolau colocou seus trocados e qual título está no banco em que você aplicou sua indenização do FGTS.

Idem para financiamento de importações. Os mesmos bancos que financiam o Jaguar financiam também o petróleo e o trigo do macarrão.

Assim, dar o calote nas dívidas apanha alguns especuladores e um monte de pessoas, empresas e bancos brasileiros, assim como paralisa negócios e importações.

É simples assim, uma estupidez monumental.

■ Carlos Alberto Sardenberg é jornalista
www.sardenberg.com.br